

Confira as propostas aprovadas na 5ª Conferência Estadual do Meio Ambiente do Ceará:

EIXO I - MITIGAÇÃO

PROPOSTA 1

Implementar soluções baseadas na Natureza por meio da criação de áreas protegidas, recuperação de áreas verdes urbanas, construção de áreas permeáveis com a priorização de infraestruturas verdes e azuis, em relação às cinzas, com manutenção e recuperação dos recursos hídricos superficiais (dragagem, recuperação de flora e fauna, entre outros), além da ampliação de sistemas de drenagem com dispositivos de retenção de resíduos sólidos, e implantação de mecanismos de monitoramento e alerta para prevenir inundações em áreas de risco;

PROPOSTA 2

Implementar políticas públicas para fomentar o uso de energias renováveis, como eólica, biomassa e solar, aliadas à criação de incentivos fiscais que viabilizem o acesso a essas tecnologias para todas as classes sociais, promovendo a transição energética;

PROPOSTA 3

Implantar de forma efetiva de um plano diretor e desenvolvimento Regional como ferramenta de controle para sustentabilidade das áreas e funções de interesse ambiental comum entre os municípios;

PROPOSTA 4

Criar um programa de transição energética e incentivos fiscais voltados para a gestão de resíduos orgânicos, tratando-os não como lixo, mas como recursos, atuando no fomento à educação ambiental e no fortalecimento da coleta seletiva para a separação de resíduos orgânicos e não orgânicos.

EIXO II - ADAPTAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES

PROPOSTA 1



Elaborar protocolo de adaptação da malha urbana, para expansão das áreas verdes, baseado na arquitetura ribeirinha e biocêntrica, com planejamento integrado aos aspectos climáticos, engajamento popular, combinando habitações sociais para realocação de populações em áreas de risco/preservação, além de financiamento de recursos e monitoramento contínuo para evitar desastres;

PROPOSTA 2

Incentivar os municípios a criarem a Lei Municipal de Proteção e Defesa Civil, instituindo o Fundo Municipal de Enfrentamento a Desastres para financiar ações emergenciais, prevenção e estruturação de brigadas, com capítulo específico para emergências climáticas, garantindo recursos para adaptação urbana/rural, resiliência e respostas ágeis a eventos extremos, além de transferências entre fundos estaduais e municipais;

PROPOSTA 3

Fortalecer as defesas civis municipais, ampliação do efetivo de bombeiros militares, criação de brigadas de incêndio florestal e bombeiros civis contratados, capacitação de agentes através de educação ambiental, aquisição de equipamentos (mangueiras, veículos), sistemas de alerta à população, planos de contingência e monitoramento climático, garantindo suporte ágil a municípios em situações de risco;

PROPOSTA 4

Implementar soluções baseadas na Natureza por meio da criação de áreas protegidas, recuperação de áreas verdes urbanas, construção de áreas permeáveis com a priorização de infraestruturas verdes e azuis, em relação às cinzas, com manutenção e recuperação dos recursos hídricos superficiais (dragagem, recuperação de flora e fauna, entre outros), além da ampliação de sistemas de drenagem com dispositivos de retenção de resíduos sólidos, e implantação de mecanismos de monitoramento e alerta para prevenir inundações em áreas de risco.

EIXO III – TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

PROPOSTA 1

Implementar sistema integrado de gestão de resíduos, tendo a reciclagem como motor da transformação ecológica, convertendo resíduos em matéria-prima e energia para



impulsionar a economia de baixo carbono e oportunidades financeiras, promovendo o conceito de lixo zero, transformando ecopontos em usinas de processamento, com programas de coleta seletiva e inclusão de catadores e recicladores;

PROPOSTA 2

Implementar um programa de Agricultura Regenerativa que promova insumos biológicos e práticas agroecológicas - como rotação de culturas, compostagem, biofertilizantes, plantios consorciados e redução de químicos - por meio de treinamentos, oficinas, e incentivos técnicos e financeiros, e fomentar a agroecologia nas periferias, envolvendo mulheres e jovens para inclusão social e geração de renda;

PROPOSTA 3

Implementar um programa de subsídios para financiar sistemas comunitários de energia sustentável, como placas solares de baixo custo e biodigestores rurais, promovendo acesso à energia limpa e segurança energética para comunidades rurais, agricultores e populações vulneráveis, por meio de incentivos fiscais para pequenos e médios produtores;

PROPOSTA 4

Converter parte dos impostos automobilísticos, como o IPVA, em recursos para atenuar o impacto dos combustíveis fósseis, destinando-os a reflorestamento e restauração ecológica, desmatamento zero, pagamento de crédito de carbono, pesquisa sobre fontes renováveis de energia e fomento à agricultura de baixo carbono.

EIXO IV – JUSTIÇA CLIMÁTICA

PROPOSTA 1

Implementar o programa "Clima em Alerta – Educando para Ação Coletiva em Defesa do Futuro", promovendo a educação climática para conscientização sobre os riscos das mudanças climáticas e incentivando ações coletivas, incluindo drenagem sustentável, restauração da vegetação, telhados verdes, mapeamento e gestão de riscos, além da capacitação comunitária para resposta a desastres ambientais;

PROPOSTA 2



Reduzir o desmatamento e o uso indevido do fogo e promover a recuperação de áreas degradadas através de incentivo financeiro e acompanhamento técnico para pequenos produtores para a implantação e manutenção de sistemas agrossilvopastoris;

PROPOSTA 3

Criar uma lei que regularize a carreira do agente comunitário de reciclagem como política de valorização dos catadores e de ampliação da sua atuação na educação da população, garantindo os direitos sociais e trabalhistas desses profissionais;

PROPOSTA 4

Criar um fundo intermunicipal para emergências climáticas e recuperação ambiental, gerido por um conselho com representantes do poder público e da sociedade civil, financiado por recursos públicos e privados, para apoiar a produção agrícola sustentável, fortalecer o saneamento básico em áreas vulneráveis e recuperar áreas degradadas e corpos hídricos assoreados com espécies nativas.

EIXO V - GOVERNANÇA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PROPOSTA 1

Implementar políticas municipais de Educação Ambiental (EA) com recursos assegurados e parcerias, de forma transversal e interdisciplinar na gestão pública, sociedade e ensino formal, criando conselhos municipais participativos, capacitando educadores, gestores e comunidades, e produzindo materiais pedagógicos e campanhas de educomunicação para engajar a população em ações ambientais locais;

PROPOSTA 2

Implementar a Educação Ambiental como disciplina obrigatória e de forma transversal na grade curricular do ensino formal, desde a educação infantil ao ensino superior com base na lei 14.926/24, com foco no enfrentamento às mudanças climáticas;

PROPOSTA 3

Garantir a execução eficaz de políticas públicas ambientais por meio de sistemas e fundos municipais de meio ambiente, com recursos do PPA e LOA, planejamento participativo,



transparência e monitoramento contínuo, parcerias público- privadas e com o terceiro setor, integração intersetorial na aplicação de leis ambientais e consolidação do corpo técnico e infraestrutura dos órgãos municipais ambientais;

PROPOSTA 4

Implementar programas de educação ambiental para promover reciclagem comunitária; certificar fornecedores sustentáveis (economia circular, baixo carbono e gestão de resíduos) com workshops e monitoramento; capacitar para empregos verdes, e formalizar a profissão de catador de resíduos com direitos legais. Articular ações locais e políticas públicas para garantir transição sustentável;